



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0006595-44.2015.8.26.0566**
 Classe - Assunto **Dúvida - Registro de Imóveis**
 Requerente: **Cartorio de Registro de Imoveis da Comarca de Sao Carlos e outro**
 Tipo Completo da **Nome da Parte Passiva Principal << Nenhuma informação**
 Parte Passiva **disponível >>**
 Principal <<
 Nenhuma informação
 disponível >>:

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Alex Ricardo dos Santos Tavares**

Vistos.

Trata-se de procedimento de dúvida suscitada pelo Oficial Delegado do Registro de Imóveis de São Carlos, a pedido do senhor Fábio Rodrigo Dana, em resposta à Nota de Devolução (folhas 04).

O Ministério Público apresentou o parecer de folhas 22/24, opinando pela negativa do desmembramento.

Conciso, o relatório.

Fundamento e decidido.

O senhor Fábio Rodrigo Danaga solicitou ao senhor Oficial o desmembramento do imóvel objeto da matrícula 54660 (folhas 12/17) em duas partes (folhas 06).

O senhor Oficial apresentou a nota de devolução de folhas 05.

Conforme R.03/M.54.660, por carta de arrematação, expedida pela 2ª Vara da Justiça Federal de São Carlos, o senhor Fábio Rodrigo Danaga, arrematou a parte ideal correspondente a 10% do imóvel objeto da matrícula 54.660. Confira: folhas 16 verso.

A arrematação constitui forma originária de aquisição de imóvel, assim, ônus, tributos e dívidas *propter rem* sub-rogam-se no respectivo valor pago, transmitindo-se a propriedade de forma livre ao arrematante.

A arrematação, em outras palavras, afasta qualquer ônus obrigacional, inclusive os ônus tributários.

Conforme artigo 130, parágrafo único do CTN¹, o débito tributário pendente sobre o imóvel arrematado permanece a cargo do executado, não se transferindo ao arrematante.

Dito isso, tenho que possível o desmembramento.

Diante do exposto, julgo improcedente a dúvida, determinando o desmembramento, após o trânsito em julgado da presente.

¹ Art. 130. Os créditos tributários relativos a impostos cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens imóveis, e bem assim os relativos a taxas pela prestação de serviços referentes a tais bens, ou a contribuições de melhoria, subrogam-se na pessoa dos respectivos adquirentes, salvo quando conste do título a prova de sua quitação. Parágrafo único. No caso de arrematação em hasta pública, a sub-rogação ocorre sobre o respectivo preço.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
4ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Intime-se.
Ciência ao MP.
Ciência ao senhor Oficial.
São Carlos, 16 de setembro de 2015.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI
11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**